

DESIGUALDADES FABRICADAS: CORPOS TRANS E A ECONOMIA NEOLIBERAL DO DESCARTE

MANUFACTURED INEQUALITIES: TRANS BODIES AND THE NEOLIBERAL ECONOMY OF DISPOSABILITY

Luiz Carlos da Costa Braga Júnior¹

Resumo: este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os impactos do neoliberalismo na vida da população trans, à luz da interseccionalidade como ferramenta analítica. Considerando a articulação entre gênero, raça e classe, investiga-se como políticas neoliberais agravam desigualdades históricas, intensificando a marginalização de corpos trans em múltiplas dimensões – saúde, trabalho, segurança e reconhecimento social. A partir de uma revisão bibliográfica e da contribuição de autores como Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge, Dean Spade e Marie-Hélène Bourcier, destaca-se como a racionalidade neoliberal se apropria de discursos de inclusão, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado e individualiza os fracassos sociais. O texto aponta para a urgência de políticas públicas que reconheçam as especificidades da população trans, promovendo justiça social e equidade material.

Palavras-chave: População trans; Neoliberalismo; Interseccionalidade; Exclusão; Políticas públicas.

Abstract: This article offers a critical reflection on the impacts of neoliberalism on the lives of the trans population, through the lens of intersectionality as an analytical tool. Considering the interplay of gender, race, and class, it investigates how neoliberal policies exacerbate historical inequalities, deepening the marginalization of trans bodies across multiple dimensions – health, labor, security, and social recognition. Drawing from a literature review and the contributions of scholars such as Patricia Hill Collins, Sirma Bilge, Dean Spade, and Marie-Hélène Bourcier, the article highlights how neoliberal rationality appropriates inclusion discourses while simultaneously shifting state responsibilities onto individuals and framing social failures as personal shortcomings. The text underscores the urgency of public policies that acknowledge the specific realities of trans people, advancing social justice and material equity.

Keywords: Trans population; Neoliberalism; Intersectionality; Exclusion; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação se propõe a analisar criticamente as formas de exclusão que afetam a população trans no contexto da racionalidade neoliberal, por meio de uma abordagem interseccional. Partindo de uma perspectiva qualitativa com base em revisão bibliográfica, utiliza-se o referencial de autoras e autores que discutem as dinâmicas de dominação contemporâneas (Spade, 2011; Bourcier, 2020; Collins; Bilge, 2020; Puar, 2024; Foucault, 1985).

Gênero, raça e classe operam de maneira entrelaçada e simultânea na vida das pessoas trans, marcando seus acessos e impedimentos dentro de um sistema neoliberal que celebra a diversidade apenas quando ela não compromete a ordem do mercado. Como analisa Bourcier (2020, p. 39), a normatividade neoliberal tende a “tolerar” a diferença desde

¹ Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (2025). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (2022). Pesquisador na área de Serviço Social e Ciências Sociais com ênfase em gênero, diversidade e políticas públicas.

que esta seja produtiva e adaptável ao consumo, mascarando os mecanismos de exclusão estrutural.

Assim, este artigo se estrutura em torno de três eixos principais: o neoliberalismo como racionalidade excludente, a interseccionalidade como ferramenta crítica, e os impactos concretos dessa articulação sobre corpos trans. Busca-se demonstrar como o projeto neoliberal perpetua desigualdades ao desconsiderar as especificidades de sujeitos trans, sobretudo aqueles que habitam intersecções com a negritude, a pobreza e a dissidência sexual.

Nesse sentido, a contribuição de Puar (2007) é central para compreender como o neoliberalismo opera não apenas por meio da exclusão explícita, mas também por meio de uma inclusão seletiva e regulada. Puar introduz o conceito de “*homonacionalismo*”² para explicar como certos corpos LGBTQIAPN+ são integrados ao projeto neoliberal e nacionalista, desde que se alinhem a normas de produtividade, consumo e respeitabilidade. Essa “inclusão” estratégica, no entanto, reforça a exclusão daqueles corpos que não se adequam à norma – como é o caso das pessoas trans racializadas, empobrecidas ou não-ocidentalizadas, que continuam sendo alvo de políticas de controle, encarceramento e precarização.

Complementando essa análise, o pensamento de Foucault (1985, p. 129) sobre a biopolítica³ permite uma leitura mais densa das formas contemporâneas de governamentalidade que operam sobre corpos trans. A biopolítica, enquanto tecnologia de poder que administra a vida e define quais vidas merecem ser vividas, encontra no neoliberalismo um terreno fértil para produzir subjetividades dóceis, ajustadas ao mercado e autogeridas.

Nesse regime de gestão da vida, os corpos trans que escapam à lógica da normatividade cisgênera e da produtividade são simultaneamente visibilizados e eliminados, o que gera uma condição de existência marcada pela vigilância, pela patologização e pela morte – simbólica ou real. Esses corpos, ao desafiarem os parâmetros de inteligibilidade do sistema cisonormativo, tornam-se alvo de mecanismos de controle e exclusão que evidenciam o modo como o biopoder atua de forma sutil e eficaz na regulação da vida e na produção da morte. Como observa Foucault (1985), a soberania moderna já não se expressa apenas pelo direito de matar, mas pela administração calculada dos corpos e pela gestão da vida, em que “a velha potência de morte em que se simbolizava o poder

² Homonacionalismo é um fenômeno histórico emergente, um quadro analítico e um conceito crítico que ilustra como certos sujeitos homossexuais se tornaram representantes da nação, reforçando agendas nacionalistas, imperialistas e racistas (Puar, 2007, p. xii).

³ Michel Foucault define biopolítica como o conjunto de mecanismos e estratégias pelas quais o poder moderno exerce controle sobre a vida das populações, regulando corpos e gerindo a vida em sociedade. A biopolítica surge com o advento do poder disciplinar, focado em administrar a vida (biopoder), e representa uma transição do poder soberano (focado na morte ou na punição) para um poder que se preocupa com a “gestão” da vida, intervenções em saúde, normas de conduta e controle populacional. Foucault argumenta que, por meio da biopolítica, o Estado moderno busca otimizar, regular e controlar as condições de vida dos indivíduos, promovendo normas que organizam corpos e populações conforme interesses econômicos e políticos (Foucault, 1985).

soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, 1985, p. 131). Assim, a lógica biopolítica que permeia o neoliberalismo transforma a própria existência trans em um campo de disputa entre a possibilidade de viver e as formas cotidianas de aniquilamento social.

A interseccionalidade, portanto, surge como uma ferramenta fundamental para desestabilizar essas formas de poder que atravessam os corpos trans, revelando como as múltiplas opressões – de gênero, raça, classe e sexualidade – não apenas se somam, mas se potencializam mutuamente dentro da racionalidade neoliberal. Tal perspectiva permite uma análise mais radical dos processos de exclusão e aponta para a necessidade de resistências que rompam com os parâmetros normativos da cidadania neoliberal.

2 NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE EXCLUDENTE

A lógica neoliberal redefine o papel do Estado ao transferir responsabilidades sociais para os indivíduos, naturalizando a ideia de que cada sujeito é plenamente responsável por seu sucesso ou fracasso. No caso das pessoas trans, especialmente aquelas negras e periféricas, essa dinâmica intensifica vulnerabilidades já historicamente construídas, uma vez que o acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho formal é constantemente mediado por estruturas de exclusão e desigualdade. Como analisa Bourcier (2020), a retórica neoliberal de igualdade opera como uma forma de mascaramento da desigualdade estrutural, pois “o objetivo da política de igualdade de direitos é nos fazer acreditar que ela trabalha visando uma igualdade real” (Bourcier, 2020, p. 79). Assim, o discurso de inclusão, longe de promover transformações concretas, funciona como um dispositivo ideológico que legitima a manutenção das hierarquias sociais e de gênero. A promessa de igualdade, nesse contexto, torna-se uma fachada que esconde a intensificação da precarização e da exclusão. Bourcier (2020) evidencia esse processo ao afirmar que:

O neoliberalismo agarrou o elemento social que o liberalismo havia deixado anteriormente para o Estado. Que ele havia desdenhado como uma “coisa de esquerda”. O neoliberalismo se importa com direitos sociais e culturais: ele os apropriou com maldade, “regulando” o desemprego (agora é preciso trabalhar quando estamos desempregados), transformando funcionários/as em auto empreendedores que devem sozinhos assumir plenamente todos os riscos e pagar pelo seu próprio seguro de saúde. [...] o objetivo não é mais o pleno emprego, mas a precarização generalizada, a maximização do/a empregado/a ou trabalhador/a e a privatização dos direitos sociais. [...] As empresas públicas e privadas que multiplicam as medidas de combate à discriminação, têm o mesmo objetivo: a maximização da empregabilidade, da produtividade, do “homossexual”, (**da pessoa trans**), da “pessoa com deficiência”, que eles insistem, além disso, em se referir a eles por meio de denominações que não são as escolhidas pelas minorias interessadas, mesmo após um bom século de lutas (Bourcier, 2020, p. 164, grifo nosso).

Essa captura neoliberal dos direitos sociais e culturais, como aponta Bourcier, não visa a justiça, mas a eficiência mercadológica. Essa lógica se reflete diretamente nas formas como a sociedade lida com as existências dissidentes. O discurso do empreendedorismo e da meritocracia, amplamente disseminado, impõe às pessoas trans a obrigação de se “adaptarem” e “empreenderem sua própria existência”, mesmo diante de contextos de exclusão institucional e violência estrutural.

Como alerta Spade (2011), o neoliberalismo transforma as pautas trans em agendas de inclusão superficial, despolitizando as demandas históricas de redistribuição e reconhecimento. Empresas e instituições utilizam políticas de diversidade para promover uma imagem de inclusão, mas frequentemente reproduzem os mesmos mecanismos de exclusão simbólica e material. Como argumenta Bourcier (2020), tais práticas visam apenas maximizar a produtividade dos “corpos dissidentes”, sem garantir segurança, saúde ou cidadania plena. Essas estratégias institucionais, longe de romperem com a lógica excludente, acabam por reforçá-la ao esvaziar o sentido político das lutas por direitos. A inclusão, nesse contexto, torna-se funcional ao sistema, convertendo-se em ferramenta de controle e neutralização. Bourcier (2020) aprofunda essa crítica ao afirmar que:

Chegamos a um estágio em que é urgente criticar a política de direitos e a igualdade de direitos, porque ela se tornou compatível como cúmplice do neoliberalismo que, diferente do liberalismo, é um verdadeiro governo da sociedade que se comprometeu a privatizar o social e a reprivatizar o sexual em todas as suas dimensões (Bourcier, 2020, p. 39).

Essa cumplicidade entre a política de direitos e o neoliberalismo, como denuncia Bourcier (2020), se manifesta de forma concreta em diversas esferas da vida social, revelando como o discurso da igualdade serve, muitas vezes, à manutenção das desigualdades estruturais. Um dos espaços em que essa contradição se torna mais evidente é o mercado de trabalho, onde a retórica meritocrática e inclusiva encobre práticas excludentes profundamente enraizadas em hierarquias de gênero, raça e classe. A promessa neoliberal de igualdade de oportunidades ignora os entraves estruturais que marcam a trajetória das pessoas trans, sobretudo negras e periféricas, como a evasão escolar provocada por violências institucionais, a ausência de retificação civil de nome e gênero, a patologização de suas identidades e o estigma social que as acompanha em processos seletivos e ambientes laborais.

Assim, o que se apresenta como inclusão é, na verdade, um mecanismo sofisticado de reprodução da exclusão e da precariedade. Mesmo em contextos que se apresentam como “inclusivos”, a presença de pessoas trans no mercado de trabalho é frequentemente limitada a funções precarizadas, sem garantias formais, ou então a posições altamente simbólicas,

ocupadas por poucos indivíduos que se tornam vitrines de uma diversidade institucional superficial. Como analisa Puar (2024), essa forma de gestão da diversidade constitui uma “instrumentalização da diferença”, onde a inclusão de corpos dissidentes é tolerada apenas quando não desestabiliza o núcleo hegemônico do capital e serve aos interesses de *marketing* e *compliance* das empresas.

Além disso, a chamada “inclusão produtiva” opera dentro de uma lógica cisnormativa: exige-se das pessoas trans não apenas que estejam qualificadas, mas que se apresentem de forma “comportada”, “passável” e “adaptável” aos códigos corporativos, códigos esses moldados por padrões brancos, masculinos, cisgêneros e heteronormativos. Essa exigência invisibiliza os custos emocionais e materiais da “aceitação” no ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que transfere a responsabilidade do fracasso para o indivíduo que não “se encaixou”.

Essa exigência de conformidade a padrões normativos não é isolada, mas parte de um sistema mais amplo de controle social. Como aponta Collins (1990), as diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, classismo e cisnormatividade, não atuam de forma separada, mas se entrelaçam em uma estrutura que organiza a distribuição do poder e do valor social. É nesse sentido que a autora propõe o conceito de “matriz de dominação”, útil para compreender como o mercado de trabalho não apenas reflete, mas reproduz essas hierarquias, naturalizando a exclusão de quem não se encaixa nos moldes hegemônicos:

A matriz de dominação inclui vários tipos de opressão que interagem de maneira a reproduzir hierarquias sociais, tornando as experiências de discriminação mais complexas para aqueles que estão na interseção de múltiplas desigualdades (Collins, 1990, p. 18).

Nesse cenário, a matriz de dominação descrita por Collins não apenas organiza as desigualdades, mas também prepara o terreno para que dispositivos de poder atuem seletivamente sobre os corpos. Como propõe Foucault (1985), a biopolítica atua justamente na modulação dos corpos e subjetividades em função das necessidades do sistema: o corpo trans que se adapta, performa e consome é tolerado; o corpo que reivindica transformação estrutural é descartado. Essa seletividade revela o caráter necropolítico da racionalidade neoliberal, que não apenas regula o acesso ao trabalho, mas define quais vidas são dignas de serem economicamente integradas e quais podem ser abandonadas à precariedade ou à morte social.

Nesse contexto, a interseccionalidade torna-se essencial para desvelar as camadas dessa exclusão: uma pessoa trans branca e de classe média pode acessar determinados espaços laborais com mais facilidade do que uma mulher trans negra e periférica,

evidenciando que as desigualdades não se distribuem de forma uniforme, mas segundo padrões históricos de racialização e hierarquização social.

3 INTERSECCIONALIDADE E AS OPRESSÕES SOBRE CORPOS TRANS

A interseccionalidade, formulada por autoras como Kimberlé Crenshaw (1989) e aprofundada por pensadoras como Collins e Bilge (2020), permite compreender como pessoas trans vivem opressões múltiplas e simultâneas. No Brasil, a expectativa de vida de uma pessoa trans gira em torno de 35 anos (Benevides; Nogueira, 2021), reflexo direto de políticas públicas que ignoram a transversalidade das violências.

Corpos trans são racializados, empobrecidos, patologizados e constantemente alvo de violências simbólicas e físicas. A exclusão social não se dá apenas por “ser trans”, mas por ser trans e negra, trans e periférica, trans e migrante. A análise interseccional evidencia que políticas universais, sem recorte específico, não conseguem responder à complexidade dessas vidas. Esse apagamento das especificidades evidencia como o Estado continua operando a partir de uma lógica normativa e excludente, que ignora as múltiplas camadas de opressão que atravessam os corpos trans. Nesse sentido, Luiz Carlos C. Braga Jr. e Edil Ferreira da Silva (2024) apontam que

[...] as mulheres transexuais e travestis inseridas no espectro da interseccionalidade, estão discursivamente inabilitadas para reivindicações do próprio acesso aos direitos sociais e às políticas públicas, uma vez que a própria concepção estatal sobre essas identidades ainda atualiza sentidos propostos por teorias pseudocientíficas sobre o que deve ser considerado como homem ou como mulher (Braga Jr.; Silva, 2024, p. 269).

Essa incapacidade do Estado de reconhecer plenamente as identidades trans não é apenas um reflexo do preconceito social, mas uma expressão da própria lógica cisnormativa que organiza suas estruturas. A experiência trans, portanto, não apenas escapa dessas categorias, mas as desafia. Além disso, a própria experiência trans desafia a cisnormatividade que estrutura o Estado, as instituições e os direitos. Conforme sinalizado por Spade (2011), o sistema jurídico e de bem-estar social está moldado para reconhecer apenas determinados corpos e identidades, excluindo aqueles que não se enquadram na norma cisgênera.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os atravessamentos interseccionais não apenas moldam as experiências das pessoas trans, mas também condicionam de forma radical suas possibilidades de vida em um contexto em que a lógica neoliberal se impõe como racionalidade dominante. A interseccionalidade, ao revelar a complexidade das múltiplas opressões que incidem sobre esses corpos, nos conduz a uma dimensão ainda

mais sombria dessa realidade: a precariedade como norma e a gestão seletiva da vida. Nesse sentido, é preciso avançar da análise das opressões interseccionadas para a compreensão das formas como o neoliberalismo opera sobre esses corpos a partir da precarização e da necropolítica.

A precarização das condições de vida é uma constante na experiência de pessoas trans em contextos neoliberais. O acesso ao trabalho formal é limitado; o mercado os/as empurra para a informalidade, quando não diretamente para a marginalidade. O sistema de saúde, por sua vez, muitas vezes nega ou patologiza suas identidades. A necropolítica se manifesta sobre corpos trans na forma de abandono institucional, assassinatos impunes e negligência estatal. Em um contexto em que o Estado terceiriza suas responsabilidades, o neoliberalismo não apenas precariza, mas torna descartáveis vidas trans que não se encaixam na lógica da produtividade. A responsabilização individual por essa precariedade é um dos elementos mais cruéis da racionalidade neoliberal. Pessoas trans são vistas como “culpadas” por não conseguirem emprego, tratamento médico ou aceitação, ignorando-se a violência estrutural que condiciona suas trajetórias.

4 RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA: CORPOS TRANS EM MOVIMENTO

Apesar dos desafios impostos por um sistema que transforma suas vidas em alvo de precarização e violência constante, movimentos trans têm criado formas potentes de resistência e reexistência. Essas práticas não apenas tensionam a norma cisheteronormativa, mas também desestabilizam os pilares do neoliberalismo, especialmente sua lógica de individualização e de autogerenciamento da sobrevivência.

Instituições como a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), Casa NEM e tantas outras espalhadas pelo país e pela América Latina atuam na linha de frente da luta por moradia, acesso à educação, formação profissional, saúde integral e dignidade cidadã para pessoas trans. Essas organizações emergem, muitas vezes, em contextos de total ausência do Estado, e não apenas denunciam a violência institucional, mas também constroem redes de cuidado, apoio mútuo e políticas de vida que subvertem o abandono sistemático a que esses corpos são submetidos.

Essas formas de organização coletiva operam como contra-dispositivos biopolíticos, no sentido foucaultiano, ao instituírem modos de gestão da vida que escapam ao controle estatal e ao mercado. Em vez da responsabilização individual típica do neoliberalismo, vemos práticas baseadas na solidariedade interseccional, na partilha de recursos e na construção de uma cidadania que reconhece a pluralidade dos corpos e das experiências.

Como aponta Spade (2011), a resistência trans não se limita a buscar inclusão nos moldes existentes, muitas vezes hostis, mas propõe a transformação radical das estruturas sociais, legais e econômicas que produzem desigualdades. Ao priorizarem a coletividade, o

cuidado comunitário e a produção autônoma de saberes, esses movimentos confrontam diretamente os valores neoliberais de competição, eficiência e produtividade.

Além disso, essas práticas também representam uma reapropriação epistemológica. As vivências trans não são apenas objetos de estudo ou vítimas da exclusão: elas produzem conhecimento, articulam estratégias e redesenham horizontes possíveis. Ao fazerem isso, afirmam a vida trans como vida legítima e cheia de potência, negando o destino de precariedade e morte que a necropolítica neoliberal lhes impõe.

Nesse contexto, a interseccionalidade se realiza como prática política: ela não apenas denuncia as múltiplas opressões, mas orienta formas de agir que reconhecem a complexidade das desigualdades e propõem respostas plurais e situadas. As ações dos movimentos trans nos lembram que resistir é também reinventar os modos de existir, de cuidar e de ocupar o espaço público e que essa reinvenção é, em si, um gesto de vida contra a lógica da morte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão buscou evidenciar como a articulação entre neoliberalismo e interseccionalidade, quando analisada a partir das vivências da população trans, desvela camadas complexas de exclusão, controle e invisibilização. A racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo em que promove discursos de inclusão e diversidade, age seletivamente para capturar corpos dissidentes em práticas de governamentalidade que operam pela precarização, pela responsabilização individual e pela mercantilização da diferença.

A partir das contribuições dos autores mencionados neste estudo, tornou-se possível compreender que a exclusão de pessoas trans não é apenas social ou econômica, mas também epistemológica, simbólica e biopolítica. Corpos trans, especialmente quando racializados, empobrecidos e fora da norma cisgênera, são submetidos a regimes de gestão da vida e da morte que os tornam descartáveis para a lógica produtivista do capital.

No entanto, o texto também demonstrou que há resistência. Coletivos e movimentos trans têm desafiado a lógica neoliberal ao criarem redes de cuidado, práticas de autogestão e epistemologias que afirmam a vida em sua plenitude. Essas ações se constituem como práticas interseccionais encarnadas, políticas de existência que operam contra a necropolítica e a exclusão institucionalizada.

Assim, políticas públicas realmente comprometidas com a justiça social não podem se contentar com abordagens universalistas. É necessário construir projetos radicais de equidade, baseados na escuta ativa, no reconhecimento das diferenças e na valorização dos saberes produzidos pelos próprios sujeitos trans. Romper com os discursos meritocráticos e normativos é, portanto, um passo fundamental para afirmar a dignidade, a vida e a potência desses corpos, que seguem resistindo, reinventando e ocupando espaços que historicamente lhes foram negados.

REFERÊNCIAS

BOURCIER, Sam. **Homo incorporated**: o triângulo e o unicórnio que peida. Tradução: Maria Bechara. Crocodilo, 2020.

BRAGA JR., Luiz Carlos C.; SILVA, Edil Ferreira. A invisibilidade da mulher trans: uma análise da violência institucional na previdência social. Tradução de Victor Limeira-DaSilva. In: LIMEIRA-DASILVA, V. R.; COSTA, J.C. (Eds.) **Multidudes metodológicas**: raça, sexo, gênero e Estado na articulação de marcadores da diferença. Campina Grande: EDUEPB, 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em:

<https://antrabrasil.org/wpcontent/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>.

Acesso em: 07 abr. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade do saber. 7. ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

PUAR, Jasbir K. Corpos com novos órgãos: Devir trans, devir “deficiente”. Tradução: Victor Limeira-DaSilva. In: LIMEIRA-DASILVA, V. R.; COSTA, J.C. (Eds.) **Multidudes metodológicas**: raça, sexo, gênero e Estado na articulação de marcadores da diferença. Campina Grande: EDUEPB, 2024.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages**: Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2007.

SPADE, Dean. **Normal Life**: Administrative Violence, Critical Trans Politics, and the Limits of Law. New York: South End Press, 2011.

Recebido em: 15/09/2025

Aceito em: 18/03/2026